



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

10,0

A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO:

**UMA ANÁLISE DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO
HISTORIOGRÁFICA DO RN**

GESSIANE GUEDES BANDEIRA

**Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE**

NATAL (RN) 1996.



GESSIANE GUEDES BANDEIRA

*Do acervo do projeto
"Formação de Acervo Bibliográfico Regional / RN."
do bolsista:
Gessiane Guedes.*

A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO:

UMA ANÁLISE DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO RN.

Monografia apresentada ao Departamento de História como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História, sob a orientação do Prof. Wicliffe de Andrade Costa.

Natal (RN)-1996.



Às quatro pessoas mais
importantes da minha vida: Jailson,
Ivanalba, Ivanilda e Ivaneide.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, que nos momentos difíceis me cobriu de fé e esperança.

Aos professores Denise Mattos, Wicliffe de Andrade e Hélder Viana, pela paciência e grande ajuda com seus conhecimentos.

Aos meus familiares, pela compreensão e encorajamento nas horas difíceis deste trabalho.

Ao professor Itamar de Souza e ao pesquisador José Tarcísio Rosas, os quais, gentilmente, concederam entrevistas essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também ao CNPq, pela minha participação no projeto de pesquisa "Formação de acervo bibliográfico: história e historiografia regional/RN", cujos conhecimentos adquiridos através deste foram essenciais no desenvolvimento desse trabalho.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta monografia.

X

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
I - A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO	08
1- Criação	08
2- Objetivos e funções	10
2.1- Atividades desenvolvidas nos primeiros anos (1963-1974): a participação no processo educacional	11
2.2- Implementação de suas atividades (1975-1979): a consolidação das iniciativas culturais	13
2.3- A Fundação dos anos 80 a 84: a expansão das iniciativas culturais	16
3- As divisões da Fundação José Augusto	18
3.1- O Centro de Documentação Cultural	18
3.2- O Centro de Promoção Cultural	19
3.3- O Centro de Recursos Humanos	20
3.4- O Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine	20
II - A PESQUISA HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO NORTE	25
1- O trabalho de pesquisa na Fundação: origem e problemas	25
1.1- Trabalhos realizados	27
2- A pesquisa histórica na Fundação	28
2.1- Por uma história local	28
3- O projeto "História de seu Município"	30
3.1- Interesses e objetivos dos estudos municipais	31
III - O PERFIL DAS HISTÓRIAS MUNICIPAIS	40
1- Características das obras	41
2- Considerações sobre os estudos municipais	44

INTRODUÇÃO

As instituições em geral, e especialmente as Fundações, têm sido pouco estudadas no Rio Grande do Norte, principalmente no que se refere ao estudo de sua contribuição no campo da produção intelectual, em outras palavras, no diz respeito ao processo de produção do conhecimento histórico no e sobre o Estado. Levando em consideração essa escassez de estudos sobre as mesmas, bem como sobre sua produção historiográfica, a presente pesquisa tem como objeto de estudo uma dessas instituições: a Fundação José Augusto.

Criada em 1963, no governo de Aluizio Alves, essa Instituição tinha, entre os demais objetivos que lhe são propostos no ato de sua fundação, a função de: "manter o Instituto Juvenal Lamartine", Centro de Pesquisas pré-existentes a Fundação. Este tinha como principal objetivo "exercer atividades de planejamento, elaboração, execução e avaliação de projeto de pesquisa, direcionados a realidade norte-rio-grandense. É, portanto, deste Centro que teve origem as pesquisas e estudos relacionados a história do Rio Grande do Norte.

O primeiro trabalho realizado pelo referido Centro, no campo da história, só foi publicado em 1981, através do projeto "História de seu Município", cuja primeira cidade do Estado a ser pesquisada foi Cerro Corá. Até 1984 foram realizados mais sete estudos sobre os municípios de Caicó, Eduardo Gomes, Florânia, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Serrinha e Santo Antônio.

A partir da constatação de que a produção histórica da Fundação, até o período de 1984, limitou-se à construção da história desses municípios, acima citados, o interesse maior da pesquisa se constitui em analisar que tipo de história municipal foi produzida por ela, ou seja, que temas, problemas e abordagens foram privilegiados nessa produção e assim avaliar a relevância dessas obras para o conjunto historiográfico do Estado. Numa etapa anterior, porém, estudou-se a trajetória dessa Instituição, sua origem, seus objetivos, sua atuação mais geral na vida intelectual do Estado, ao mesmo tempo em que se investiga as razões, interesses e preocupações que motivaram a tentativa de construção de uma identidade para esses municípios que foram objetos de sua produção historiográfica.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período inicial da década de 1960, período este relacionado à criação da Instituição, e se estende até 1984, data que corresponde à última publicação do título História de Santo Antônio, ainda correspondente ao projeto História do seu município.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada uma considerável bibliografia que, direta ou indiretamente, proporcionou base para execução do mesmo. Com relação às fontes primárias, utilizou-se principalmente jornais e a legislação interna da Fundação. Fizemos uso, também, de informações prestadas, através de entrevistas, por pessoas ligadas a ela.

Nossa pesquisa justifica-se por apresentar-se de caráter inédito, visto que, inexistem estudos publicados sobre a trajetória da Fundação José Augusto, bem como a sua atuação no campo da produção intelectual do Estado. Considera-se, então, que a importância da pesquisa está no fato de estudar a Fundação em si, enquanto Instituição, bem como trazer perspectivas novas, através do estudo, da análise, do que o seu Centro de pesquisa produziu em termos de história, e assim avaliar em que medida essa produção contribuiu para a compreensão da realidade de cada município e do Estado como um todo. Portanto, a realização da pesquisa em muito contribuirá para o conhecimento e divulgação de atividades realizadas pela mesma, bem como sua participação no processo de produção do conhecimento.

I - A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

1 - Criação

A Fundação José Augusto foi criada em 8 de abril de 1963 através do decreto nº 4.068, pela iniciativa do então Governador Aluizio Alves. O Artigo primeiro do referido decreto dizia:

Nos termos da autorização contida na lei nº 2.885 de 8 de abril de 1963 fica instituída a Fundação José Augusto, sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado e sede e fóro na cidade do Natal.

Seu patrono, do qual teve origem o nome Fundação, foi uma figura pública do próprio Estado, que ganhou destaque pelos vários cargos que assumiu e atividades que desenvolveu: José Augusto Bezerra de Medeiros. Foi inicialmente professor de História e pertenceu a várias instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e a Academia Norte-rio-grandense de Letras. Foi também redator de jornais, advogado e exerceu vários cargos político-administrativos.¹

Somente em 30 de maio de 1963, o jornal Diário de Natal noticiou a fundação desta Instituição e apresentou seus primeiros funcionários, nomeados e escolhidos pelo Governo do Estado.

Foram publicados hoje, finalmente, os atos do Governador Aluizio Alves para possibilitar a instalação e funcionamento imediato da

Fundação (...). O escolhido presidente da Fundação José Augusto foi o bacharel Hélio Mamede de Freitas Galvão.²

Numa primeira etapa de sua história, foi composta de dois conselhos em sua organização interna: O Conselho Diretor e o Conselho Curador. O Conselho Diretor, do qual fazia parte o presidente da Instituição e vários outros membros. Tinha a função de “coordenar as atividades de diversos órgãos e fixar também o quadro do pessoal docente, técnico e administrativo da Fundação e dos órgãos por elas mantidos”.³

Já ao Conselho Curador competia: “aprovar o orçamento anual e fiscalizar sua execução, autorizar os atos dos diretores não previstos no regimento interno do estabelecimento e baixar instruções para execução do orçamento”.⁴

A Fundação foi criada num contexto histórico de modernização do Estado, promovida pelo governador Aluizio Alves através de recursos da Aliança para o Progresso. Assim foi trazida para o Estado a energia de Paulo Afonso, construído o primeiro conjunto habitacional da capital, instalados vários chafarizes, construídos o primeiro hotel de luxo - o hotel Reis Magos - e a primeira rodoviária de Natal, entre outras iniciativas.⁵

Paralelamente à administração do governador Aluizio Alves, a prefeitura de Natal, administrada na época por Djalma Maranhão, voltava suas atenções para as reivindicações populares, dando espaço ao mesmo tempo para as ações culturais na capital, através da construção de praças para lazer; de anfiteatro para apresentação de grupos de dança e de teatro; galerias para exposições de trabalhos de artistas do Estado e fundou o teatrinho do povo, orientando, portanto, no Rio Grande do Norte, ações mais populares e culturais.⁶

O ano de 1958 foi marcado pela criação, por iniciativa do governador da época, Dinarte Mariz, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A ela foram incorporadas as diversas faculdades pré-existentes na capital. Na década de 1960, no governo de Aluizio Alves, a questão da educação assumiu um papel importante pois se mostrava “essencial ao desenvolvimento econômico e social”.⁷

Foi nesse clima de modernização, ações culturais e educacionais que nasceu a Fundação José Augusto, cuja tarefa principal, como veremos mais adiante, era manter e difundir cursos superiores no Estado. Atualmente, com aproximadamente 900 funcionários e ainda mantida com recursos do governo do Estado, a Instituição continua a funcionar na rua Jundiáí , sem número , no bairro de Tirol . Hoje, porém, sua atuação encontra-se inteiramente reformulada.

2 - Objetivos e funções

O Decreto nº 4.068 instituiu a Fundação José Augusto . O Diário de Natal, que noticiou a criação da Instituição, torna público também os objetivos desta:

Manter as faculdades de Filosofia e Jornalismo, o Instituto Juvenal Lamartine, o Museu de Arte e História e a fundação de uma Biblioteca pública no Estado.⁸

A Lei nº 2.885 definiu e destacou bem as propostas e finalidades deste novo órgão:

- a) Manter o Instituto Juvenal Lamartine, a faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal e o Museu de Arte e História;*
- b) Criar e manter a Biblioteca pública do Estado;*
- c) Concorrer para melhor compreensão dos problemas regionais e locais , propiciando seu estudo e debate, constituindo-se em centro de cultura, de pesquisa e documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos ;*

- d) *Formar professores para ensino médio;*
- e) *Incentivar trabalhos científicos e estimular a formação de pessoal científico e especializado para atender as exigências do desenvolvimento econômico e industrial da região.*

Tarcísio Rosas, pesquisador do Centro de pesquisa da Fundação José Augusto, por nós entrevistado, afirmou que dentre esses objetivos o mais importante teria sido a questão das faculdades, ou seja, a Intituição teria sido criada com o objetivo principal de trazer para a gerência do Estado as faculdades, mantidas antes pela iniciativa privada.⁹ Observa-se que apesar de possuir jurisdição sobre outros órgãos, citados acima, durante os primeiros anos a Fundação, manteve como prioridade de atuação as iniciativas voltadas para o processo educacional no Rio Grande do Norte.

No decorrer dos anos a Fundação passou, em sua organização interna, por constantes modificações, o que influiu diretamente em sua atuação no Estado. Em outras palavras, uma vez reestruturada sua organização, decorrente da criação de outros centros ou até mesmo perda da administração de algum órgão mantido por ela, como as faculdades mencionadas, por exemplo, isso levou-a a uma reformulação de suas ações. Tendo em vista este fato, é possível estabelecer, de acordo com a predominância de certas linhas de ações, três períodos no desenvolvimento da Fundação José Augusto: O primeiro correspondeu aos anos que se estenderam entre 1963 e 1974. O segundo período estaria compreendido entre 1975 e 1979. E o último período estaria limitado entre os anos de 1980 e 1984.

2.1 - Atividades desenvolvidas nos primeiros anos (1963-1974): a participação no processo educacional.

Nos primeiros anos após a criação da Fundação, procurou-se, antes de mais nada, organizá-la e definir os seus objetivos. Como já foi dito anteriormente,

essa Instituição era responsável, de início, pela manutenção das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que antes pertencia à associação de professores do Rio Grande do Norte, e da faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, administrada, antes de ser incorporada pela Fundação de forma autônoma.

O Coordenador de pesquisas, Tarcísio Rosas, em estudo, não publicado, sobre a fundação José Augusto, declarou:

Em seu primeiro momento de existência, a Fundação manteve uma orientação mais educacional.¹⁰

Com efeito, no ano de 1969 a Instituição manteve, ainda, forte atuação nos assuntos relativos a questão educacional, ratificando muito mais sua linha de ação com a incorporação, em sua administração, da Escolinha Cândido Portinari. O centro de Estudos Afro-Asiático e o Curso de Língua Anglo-Germânica.

A valorização das ações voltadas para a educação podem ser observadas no seu regimento interno de 1969, que difinia:

A Fundação José Augusto constitui-se:

- I - Faculdade de Sociologia e Política;*
- II - Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza;*
- III - Escola Superior de Administração;*
- IV - Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisa Social.*
- V - Curso de Língua Anglo-Germânica;*
- VI - Museu de Arte e História;*
- VII - Escolinha Cândido Portinari;*
- VIII - O Centro de Estudos Afro- Asiáticos;*
- IX - Gráfica Manimbu.*

Os anos de 1963 a 1974 se caracterizaram como um período de poucas ações e iniciativas de cunho mais especificamente culturais. Assim a Fundação pouco cumpriu a sua função de ser “responsável pelo estímulo, desenvolvimento e difusão da cultura no Rio Grande do Norte.”¹¹

As raras iniciativas nesse sentido consubstanciaram-se na criação da Gráfica Manimbu, em 1965, a fim de apoiar a linha editorial da Fundação. Entretanto, como o Instituto Juvenal Lamartine não tinha ainda iniciado o desenvolvimento de pesquisas, a gráfica se limitou a editar alguns títulos de autores norte-rio-grandense¹² e produzir material necessário a própria Entidade como: fichas , boletins, catálogos, convites e outros. No final desse período, foram instaladas bibliotecas em alguns municípios do Estado e teve início as obras de restauração de monumentos, sendo que o primeiro foi o Forte dos Reis Magos.

2.2 - Implementação de suas atividades (1975-1979): a consolidação das iniciativas culturais.

A partir de 1975, a Fundação José Augusto caracterizou-se por iniciativas de caráter mais culturais. Foi nesse período que a mesma iniciou os trabalhos de instalação de projeto como o Circo da Cultura, por exemplo, e se intensificaram os trabalhos de restauração de monumentos em todo o Estado.

Porém, esse novo direcionamento, essa reformulação em suas atividades e áreas de atuação, deveu-se a um fato específico : a absorção , pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, das faculdades até então mantidas pela Fundação. Em 1975 o Jornal Diário de Natal comunicava:

O conselho Universitário, reunido na manhã de ontem, aprovou os nomes indicados pelo Reitor Domingos Gomes de Lima para integrarem a comissão que estudará a viabilidade de absorção das faculdades de Jornalismo e Sociologia pela Universidade(...). A

*Universidade vai estudar a possibilidade de absorver os cursos mantidos pela Fundação José Augusto em virtude do interesse demonstrado pelo governo de Estado e pela própria Fundação...*¹³

A escassez de recursos financeiros fez com que a Fundação abdicasse de sua principal linha de ação: a educação superior no Estado.

*Por dificuldades financeiras a Fundação José Augusto não tinha condições de manter estes estabelecimentos de ensino superior. Por isso eles foram incorporados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.*¹⁴

Desta forma, com a incorporação das faculdades pela UFRN chegou ao fim a participação da Fundação no processo educacional do Estado como difusora do ensino superior. A partir daí a mesma redirecionou suas atividades, voltando-se mais para iniciativas e propostas culturais. Nesse sentido Para melhor coordenar as atividades, foram criadas, em fins de 1974 e início de 1975, respectivamente, dois centros: o centro de Documentação Cultural e o Centro de Recursos Humanos.

O Centro de Desenvolvimento Cultural foi oficializado pela Lei nº 4.403 de 23 de outubro de 1974. Como novo organismo da Fundação, este foi responsável pelo processo de operacionalização do sistema estadual de bibliotecas, pela criação de assessoria técnica, responsável pela operacionalização do Circo da Cultura¹⁵, pela promoção de eventos culturais como encontros literários e folclóricos e, finalmente, pelos seminários de valorização do patrimônio histórico e artístico. Ficava ainda sob sua responsabilidade a tarefa de coordenar projetos de restauração de monumentos em todo o Estado.¹⁶

Assim, no período referido, por exemplo, o centro promoveu o Encontro de Mamulengos do Nordeste , a entrega de prêmios de pintura, literatura e poesia, e implantou bibliotecas no Estado.

Com relação ao plano de restauração, as tarefas principais exercidas no período foram : a restauração do Casarão de Antunes, da Casa Grande do Engenho Guaporé em Ceará Mirim; o Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba; da Igreja de Acari ; da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o a reforma da Biblioteca Câmara Cascudo.¹⁷

O Centro de Recursos Humanos foi criado em 1975. Sobre sua origem e objetivos , dizia uma nota publicada no jornal Diário de Natal:

*A partir de novembro a Fundação José Augusto iniciará a implantação do centro de Recursos Humanos onde será desenvolvido o programa de Formação de Executivos para o Desenvolvimento (PROFIED) como objetivo final, tendo como etapa inicial o programa de pesquisas e avaliação na área do Rio Grande do Norte (...)*¹⁸

O novo Centro, teve como atividade básica o treinamento e formação de recursos humanos para atuarem no mercado empresarial do Estado . Como resultado de suas propostas, desenvolveu um curso de capacitação técnica para o sistema estadual de planejamento, dois cursos de aperfeiçoamento em planejamento e administração em universidade, e onze seminários para organizações públicas e privadas , dentre outros.¹⁹

Esse período destacou-se também, no plano editorial, pela publicação , através da gráfica Manimbu , de várias obras , entre as quais destacou-se : "Dante Alighieri e tradições populares no Brasil", de Câmara Cascudo, "Antologia de Cordel", de João Batista Nunes , "Domínio Holandês no Rio Grande do Norte ", de Paulo Heróncio; "Os degredados filhos da seca", de Itamar de Souza .

Ao final desse segundo período ocorreu nova reestruturação interna que seria responsável pelos eventos, programas e pesquisas que ganhariam maior

vigor nos anos 80 , período este, considerado o mais produtivo em termos de iniciativas culturais. Desta forma, em 1979, foi instituída uma nova organização administrativa para a Fundação , através do decreto nº 7.789 de 20 de dezembro . O referido decreto confirmou uma nova etapa que se iniciou a partir daquele momento:

São órgãos diretamente subordinadas ao presidente:

- I - Diretoria administrativa*
- II - Diretoria financeira*
- III - Consultoria técnica e Jurídica*
- VI - Gráfica Manimbu*
- V - Centro de Documentação Cultural*
- VI - Centro de Desenvolvimento Cultural*
- VII - Centro de Pesquisas Juvenal Lamartine*
- VIII _ Centro de Recursos Humanos*

2.3 - A fundação nos anos 80 a 84 : a expansão das iniciativas culturais

Os anos de 1970 trouxeram para a Fundação novas perspectivas de ações dentro do Estado. Como vimos, a incorporação das faculdades, área principal de sua atuação , pela Universidade , originou uma escolha maior pelas iniciativas mais propriamente culturais . Os anos de 1980 foram marcados pela expansão dessas atividades, ampliando o raio de abrangência de suas ações no Rio Grande do Norte . Segundo os presidentes da Fundação, esses foram os anos mais produtivos da Instituição.

No referido período foi presidida por um político - Valério Mesquita-cuja administração se caracterizou, principalmente, pelo plano editorial, pelo trabalho de tombamento e restauração de prédios históricos e pelo desenvolvimento de pesquisas, campo este inédito até aquele momento.

A editoração de obras pela Fundação José Augusto tiveram início em 1965.²⁰ Sendo maior, nos anos 80, a demanda de pedidos de autores norte-rio-grandense, criou-se um organismo exclusivo para a apreciação de títulos a serem publicados por ela: o CONEDI - Conselho Editorial - em 1983. Ao CONEDI cabia "receber, analisar e emitir pareceres técnicos sobre as obras literárias com vista a sua eventual publicação pela entidade".²¹ Com a sua criação a Fundação José Augusto assumiu o papel de patrocinadora de vários autores do Estado. Entretanto é importante ressaltar que, após a aprovação das obras, pelo Conselho, estas deveriam passar por uma apreciação final e definitiva: a do presidente da Instituição. A seleção dos títulos seguia três critérios básicos: valor cultural, importância no quadro bibliográfico potiguar e potencialidade cultural.²²

Nessa política de editoração, foram reeditados trabalhos clássicos da historiografia local, tais como: "História do Rio Grande do Norte", "Folclore do Brasil", "Civilização e cultura" e outros títulos de Câmara Cascudo; "Os brutos", de José Bezerra Gomes ; "O calvário das secas", de Eloi de Souza.²³ . Com relação aos lançamentos foram editados : "Os filhos do Arco Iris", de Eulício Faria de Lacerda; "Memórias de um jornalista da Província", de Mário da Escóssia; "José Bezerra de Medeiros, um democrata", de Nilo Perreira; "Proto-história do Rio Grande do Norte", de Tarcísio de Medeiros dentre outros²⁴ . Há de se reconhecer, portanto, o significativo trabalho de editoração de obras referentes à historiografia do Estado.

Presidida pela figura de Valério Mesquita, a Fundação José Augusto, contando com recursos do governo do Estado e do setor de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Cultural do MEC, desenvolveu uma significativa política de restauração de monumentos dentro e fora da capital. Levados, aparentemente, pela idéia de que preservar os monumentos é preservar a história, a entidade , através de seu Centro de Documentação , cumpriu o programa de restauração do Quartel General de Natal, iniciou os trabalhos de uma nova passarela de acesso ao Forte do Reis Magos, restaurou a casa paroquial do Jardim do Seridó, o Convento e a Igreja de Santo Antônio, bem como a Igreja de Vila Flor. Restaurou ainda a cadeia pública de São Gonçalo, o Solar da praça Pedro Velho, em Açu , a capela de Cunhaú e vários outros monumentos por todo o Rio Grande do Norte.²⁵

Na área de eventos e animações culturais, os anos de 1980 a 1984 também foram próspero. Nesse período ocorreram vários eventos como: Semana do Folclore, Encontro de Mamulengos, apresentação do Circo da Cultura por mais de vinte cidades do Estado , Semana Potiguar de Teatro Amador, exposições de trabalhos de artistas plásticos , coordenação de feiras culturais e encontros de poetas brasileiros, dentre outros eventos.²⁶

Uma área de atuação de extrema importância, iniciou-se nesse período pela Fundação José Augusto: as pesquisas e estudos sobre o Rio Grande do Norte. Este tema, porém, será tratado no segundo capítulo deste trabalho.

3 - As divisões da Fundação José Augusto

A partir de 1979 foram criadas, como vimos, novas unidades para Instituição. Com uma nova estrutura interna, as ações e atividades da mesma foram originadas, bem como foram coordenadas, através de quatro Centros: 1) Centro de Documentação Cultural, 2) Centro de Promoção Cultural, 3) Centro de Recursos Humanos ,4) Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine. Cada um destes com suas próprias diretorias e encarregadas da execução de determinadas atividades.

3.1 - O Centro de Documentação Cultural

Foi instituído pela lei nº 4.923 de 17 de dezembro de 1979 por ocasião da extinção do antigo Centro de Desenvolvimento Cultural. Com a supressão deste, surgiram dois outros Centros: O Centro de Documentação e o Centro de Promoção Cultural , que na ocasião ficaram responsáveis pela coordenação das atividades que antes eram dirigidas pelo órgão extinto. O Centro de Documentação compreendia "as coordenadorias de bibliotecas e atividades do

patrimônio artístico (incluindo núcleos de restauração de museus e o setor fotográfico)".²⁷

A lei que o criou definiu também seus objetivos:

Guardar e preservar os bens culturais móveis e facilitar o seu acesso a atividades museológicas e arquivistas, bem como produzir e promover a editoração de documentos de valor cultural.

Para esse fim, o mesmo dispunha de fotografias e "slides" dos monumentos do Estado. Era , portanto, o órgão que administava (e administra atualmente) a tarefa de recuperação de monumentos e peças, gravação de conferências, palestras, entrevistas, produção de "slides" e outros.

3.2 - O Centro de Promoção Cultural

A mesma lei que instituiu o Centro anterior também criou o Centro de Promoção Cultural. Este herdou as características do antigo no que diz respeito à coordenação de eventos na área das artes plásticas e folclore. Nesse sentido seu principal objetivo, explícito na legislação era:

Promover atividades na área cultural, estimulando a prática da arte e da cultura, difundindo-os através do apoio dos produtores culturais no campo das artes plásticas, cênicas, musicais e outras. Compreende as coordenadorias de atividades artísticas e de divulgação e promoção, com núcleos de desenvolvimento artístico e de criatividade.

Desta forma, este, a partir de sua criação, ficou responsável pelas atividades que diziam respeito a festivais de dança, teatros, concertos, palestras, encontros de cantadores e poetas, bem como a divulgação de atividades do Circo da Cultura.²⁶

3.3 - O Centro de Recursos Humanos

Criado em 28 de novembro de 1975 pelo ato institucional nº 232/75 , este Centro tinha como função;

Planejar, coordenar e executar atividades de capacitação técnica na área de recursos humanos, a organizações públicas e privadas e promover estudos e pesquisas sobre recursos humanos.

Sobre a prática de suas atividades, estas já foram mencionadas anteriormente.

3.4 - O Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine

O Instituto Juvenal Lamartine foi criado pelo decreto nº 3.871 de 15 de dezembro de 1961, com a proposta de “estimular o desenvolvimento das ciências, das artes e das letras e amparar as instituições culturais”.

Em 1963, ano em que foi criada a Fundação, o referido instituto foi incorporado pela mesma, fazendo parte, agora, de sua estrutura organizacional. Em 23 de outubro de 1964, pela lei n ° 4.403, o mesmo sofreu alteração jurídica e transformou-se em centro, sendo, daí por diante, denominado Centro de

Pesquisa Juvenal Lamartine. De acordo com a lei de sua criação, teve como principal finalidade :

Exercer atividades de planejamento, elaboração, execução e avaliação de projetos de pesquisas, direcionados para a realidade norte-rio-grandense e regional. O órgão é destinado a dar suporte às promoções de política cultural, aos planos de estudos sócio-econômicos da Fundação José Augusto, bem como atender a demanda da pesquisa social no setor privado.

Criado em 1961, e transformado em Centro em 1974, o Instituto Juvenal Lamartine, contudo, manteve-se como órgão de promoção de pesquisas. Porém, sua atuação efetiva na área de estudos sobre o Estado só foi iniciada na década de 1980 com o projeto de estudo sobre a Sudene e a política de combate as secas .

NOTAS

- 1 - MEDEIROS FILHO, João. Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte. Natal :Gráfica do Senado Federal, 1983. p.43.
- 2 - Diário de Natal. Natal, 30 de maio. 1963.
- 3 - Idem
- 4 - Idem
- 5 - A respeito do assunto sobre o governo de Aluizio Alves, ver as obras de:
CRUZ, Vilma vitor. Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte: Realidade ou mito? (1960-1984). Natal: UFRN, 1990. 159 p.
PEREIRA ,Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. O homem da esperança: Uma experiência populista no Rio Grande do Norte (1960-1966). Recife 1996.159 p. Dissertação (mestrado em UFPE, CFCH,1996).
- 6 - CRUZ, Vilma Vitor. Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte:realidade ou mito? (1960-1984). Natal: UFRN, 1990. p.75-76.
- 7 - Id. Ibid. p.66.
- 8 - Diário de Natal. Natal, 30 de maio. 1963.
- 9 - Informações prestadas pelo coordenador de pesquisas José Tarcísio Rosas, em 23 de agosto de1996.
- 10 - Idem
- 11 - (Nome desconhecido) 28 mar. 1979.

- 12 - Com relação ao campo editorial no período publicou-se "Padre Francisco Brito Guerra - Um Senador do Império" e "Injustiça social e depoimentos", ambos do autor José Melquíades; "Velhos costumes do meu sertão", de Juvenal Lamartine de Farias, e outros.
- 13 - Diário de Natal. Natal, 10 jul. 1975.
- 14 - SOUZA, Itamar de . Universidade: para que? para quem?. Natal: Clima, 1984. p. 43.
- 15 - Espécie de circo volante que percorreu quase todo o Estado apresentando peças teatrais, "shows" musicais, promovendo concursos de danças, poesias etc. Atualmente desativado.
- 16 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela Fundação José Augusto.
- 17 - Idem.
- 18 - Diário de Natal. Natal, 8 out. 1975.
- 19 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela Fundação José Augusto.
- 20 - Publicou-se nos primeiros anos (continuando a nota n º 12): "Zizinha "de Policarpo Feitosa; "Poesias completas", de Ferreira Itajubá; "Toda palavra é uma semente ", de Dom Nivaldo Monte e "Roseira branca e outros versos", de Palmyra Wanderley.
- 21 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela Fundação José Augusto.
- 22 - Idem.

23 - Idem.

24 - Idem.

25 - Salário mínimo . Natal, abr. 1981.

26 - Idem.

27 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela Fundação José Augusto.

II - A PESQUISA HISTÓRICA NA FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

1 - O trabalho de pesquisa na Fundação : Origem e problemas

Como vimos, a Instituição foi criada em 1963, e desde seu funcionamento foi a ela incorporada o Instituto Juvenal Lamartine, anteriormente criado pelo decreto nº 3.871 de 15 de dezembro de 1961. O documento, citando a própria Constituição (art. 121, VI) argumentava que é "dever do Estado estimular o desenvolvimento das ciências, das artes e das letras e amparar as instituições culturais". Sendo responsável pela criação de organismos e instituições que favoreçam a pesquisa, o Estado criou, então, na referida data, o Instituto Juvenal Lamartine cuja função, segundo o decreto, era:

Desenvolver atividades de pesquisa e de divulgação no campo da História, da Sociologia e do Folclore.

Dois anos depois, este Instituto foi incorporado pela Fundação.

Fazendo parte do quadro da Instituição, e responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, também históricas, no Rio Grande do Norte, nos anos imediatamente posteriores a sua criação e conseqüente incorporação a Fundação, este organismo não desenvolveu nenhum estudo sobre o Estado.¹ Somente na década de 1980, quando o Instituto passou por uma reformulação, transformando-se em Centro de pesquisa, é que tiveram início o desenvolvimento de estudos na Fundação José Augusto.

Tarcísio Rosas, pesquisador do centro, quando questionado sobre o desenvolvimento da pesquisa, referente à escolha de temas para possíveis estudos, declarou:

*A escolha de temas dá-se a partir da proposta ou políticas de ação do órgão [no caso a Fundação], aliada às condições técnicas e financeiras adequadas a sua efetiva execução. Eventualmente o tema pode surgir de propostas externas.*²

Nesse sentido os estudos podem surgir tanto de propostas internas - por exemplo as Histórias municipais - como também de propostas externas, através de convênios - nesse caso temos o projeto Personalidades históricas norte-riograndense, cuja parceria foi firmada com o Colégio Objetivo. Em ambos os casos, a definição do tema passa sempre pela análise da "exeqüibilidade ou adequação a órbita de interesses desta Fundação, que aliás, é bastante abrangente".³

Se, por um lado, a escolha de temas não constitui um problema para o avanço da pesquisa, o mesmo não se pode dizer em relação aos recursos financeiros. Tido sempre como principal problema da Instituição, os recursos destinados a ela, segundo Tarcísio Rosas, foi, e continua sendo o principal "empecilho para o desenvolvimento de pesquisa no CEPEJUL, já que o setor privado, não está dando apoio."⁴ A escassez de recursos contribui para que trabalhos que foram iniciados, fiquem arquivados sem perspectivas de conclusão. É o caso dos estudos: História do futebol natalense, História do São José do Mipibu, de Caraúbas do Dantas e ainda o estudo sobre Organizações de saúde no Rio Grande do Norte.⁵

Além de manter arquivadas obras não concluídas, a Fundação diz, também, não ter recursos nem mesmo para lançar no mercado trabalhos que já foram concluídos anteriormente. "A escassez extrema de recursos também é fato definidor para encalhe de obras, não só produzidas pela Instituição, como também por outros órgãos. O CONEDI [Conselho Editorial] (...) mantém uma lista bastante expressiva".⁶ Nesse caso, há estudos realizados, que já estão concluídos, porém, sem perspectiva de editoração. São eles: História da Cidade do Natal (1941 - 1991), Hábitos de leituras em Natal, História de Pau dos Ferros, e História da Fundação José Augusto (1963 - 1993).⁷

A falta de recursos é, sem dúvida, um grande problema para o desenvolvimento da pesquisa na Fundação, pois ao mesmo tempo que

impossibilita a divulgação do que foi, e está sendo, produzido por ela, não permite, além disso, que novos estudos possam se desenvolver através do CEPEJUL e de seus pesquisadores, cuja função básica é realizá-los. Criada, também, para desenvolver atividade de pesquisa e "divulgar e preservar o acervo cultural do Estado",⁸ a Fundação desenvolveu, tardiamente, e a curtos passos, dentro das limitações que lhe são impostas, a parte que lhe coube no processo de construção de uma historiografia para o Estado.

1.1 - Trabalhos realizados

Como se pode observar, a pesquisa naquela Instituição teve como característica o desenvolvimento tardio e a pouca disponibilidade do governo do Estado, e setores privados em prestar assistência nessa área. O resultado disso, como já foi dito, é a conseqüente existência de diversos títulos concluídos mas, que não foram publicados, e ainda os que estão em desenvolvimento, porém sem probabilidade para conclusão.

Como exceção a esse quadro em que se encontra o trabalho de pesquisa na Instituição, temos duas iniciativas, realizadas pelo Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine, que, finalmente, foram concluídas de fato : um estudo sobre a seca e um projeto intitulado "História de seu município".

Em fevereiro de 1983, a Fundação José Augusto deu início a um estudo sobre a seca, coordenado pelo professor Itamar de Souza. Este estudo tinha como objetivo principal fazer um levantamento, e posterior avaliação, de todas as políticas desenvolvidas pelo Governo Federal antes e depois da SUDENE, no sentido de combater o fenômeno das secas no Nordeste.⁹

Para o desenvolvimento deste, contou-se com o financiamento do FINEP. Foram pesquisadas as grandes seca, a partir de 1904, utilizando como fonte principal "os arquivos jornalísticos de todo o Nordeste, visando trazer subsídio aos órgãos que atuavam no combate àquele flagelo".¹⁰ Através do recolhimento de dados nos jornais e arquivos de Salvador, Recife, Natal e Ceará, o estudo que

comparava a tecnologia e técnicas de combate as secas, foi concluído três anos após o seu início (1986) mas, só foi publicado em 1988.

2 - A pesquisa histórica na Fundação

2.1 - Por uma história local

Segundo Janaína Amado, “nos últimos anos, especialmente na década de 1970, cresceu o número de pesquisas e estudos que se interessavam pela historiografia regional”¹¹. A mesma afirma que essa tendência para estudos, cujo foco são as histórias das regiões brasileiras, é explicado pelos seguintes fatos:

- a) *Pela (...) mudança no conceito de região (...)*
- b) *O esgotamento das macro-abordagens, das grandes sínteses (...)*
- c) *Pela instalação e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em todo o país, permitindo (...) a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais.*
- d) *Pela transformações recentes da historiografia brasileira (...) chamando atenção para as regiões, até então desconhecidas*¹²

A importância desses estudos regionais, está no fato de que os mesmos oferecem “nova óticas de análises ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história (...) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular”,¹³ já que, nesse sentido, pode apresentar as divergências e particularidades não existentes na historiografia nacional que ressalta o país como um todo homogêneo.

Vera Alice, escrevendo sobre o mesmo tema comenta :

*A história regional, talvez, seja o único método eficaz de testar o âmbito de validade das grandes teorias ou de generalizações teóricas...*¹⁴

Esse desenvolvimento das histórias regionais se fez sentir em todo o país, surgindo inclusive diversos títulos nordestinos mobilizados pela questão de se confrontar as realidades nacionais e fazendo-se conhecer a história e a historiografia de regiões não-homogêneas.¹⁵

É nesse contexto, no qual observa o crescimento e difusão do interesse pela construção de histórias regionais que, possivelmente, ganhou espaço na historiografia a produção de títulos históricos referentes a localidades mais específicas, dentro da região: a história dos municípios. Como exemplo dessa influência, temos um projeto realizado pela UFPB, intitulado: História Local - nova metodologia de ensino de base. No artigo da revista Debates Regionais a autora Maria Helena esclarece seu trabalho e comenta:

*Verifica-se a necessidade da produção de um novo tipo de material (...) que aborde o processo histórico local a um só tempo em sua singularidade e de forma articulada e totalizante, sem cair em uma visão localista, promovendo o resgate, não só da história dos municípios, como também a construção de sua identidade em termos do local, regional e nacional*¹⁶.

Verificou-se então que, dentro do processo de desenvolvimento de estudos regionais, é possível distinguir também uma segunda fase que lhe é posterior, mas que está intrinsecamente ligado àquela: a construção das memórias locais. Se a partir de 1970 os estudos de cunho regionais ganharam relevância no conjunto historiográfico nacional, no momento posterior, os

mesmos, adquiriram um caráter mais específico, retratando a história de certas localidades, certos municípios. E se estes não ganharam espaço no âmbito nacional, adquiriram espaço, ao menos, no conjunto historiográfico de seus Estados¹⁷.

Maria Vitória Barbosa afirmou que “a história está sempre relacionada com o local. Entretanto, por muito tempo, os estudiosos preferiram estudar grandes períodos de tempo (a macro-história) que encobrem, ou anulam as especificidades locais...”¹⁸

Suelídia Maria ao destacar a importância dos estudos municipais destaca que “é através da história local que se reconstrói a identidade dos municípios, buscando-se a articulação das histórias dos municípios com os demais níveis da história regional, nacional e mundial”.¹⁹

No Rio Grande do Norte, assim como na Paraíba, percebemos também esse processo de construção das histórias municipais, como forma de fugir à predominância de estudos sobre a capital e se produzir títulos sobre a história de alguns municípios, até então escassos no nosso conjunto historiográfico. Assim a Fundação José Augusto, através do projeto “História de seu Município”, propôs a construção da história de algumas localidades do Rio Grande do Norte.

3 - O projeto “História de seu Município”

As pesquisas de cunho regional, iniciaram-se, como vimos, a partir dos anos de 1970. Esse desenvolvimento de uma história localizada, que até então não tinha papel destacado na historiografia tradicional, pois esta priorizava os centros hegemônicos, ganhou espaço dentro das instituições, especialmente as universidades, influenciando alguns agentes e fazendo surgir, ao mesmo tempo, discussões sobre uma historiografia ainda mais específica.

No Rio Grande do Norte o desenvolvimento de estudos que procuraram relatar a história dos municípios não nasceu no meio acadêmico e sim numa determinada Instituição: a Fundação José Augusto. No entanto essa idéia surgiu de alguém ligado à Universidade, o sociólogo Itamar de Souza. Professor do

curso de Sociologia da UFRN, possui destaque também como escritor, tendo inclusive lançado vários livros e artigos de sua própria autoria.²⁰

Itamar de Souza ingressou na Fundação em 1979, convidado pelo presidente da Instituição, Cláudio Emereciano, que lhe entregou a direção do Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine.

Percebendo que tudo o que se publicava no Rio Grande do Norte era referente a Natal e Mossoró e que os demais municípios ficavam no esquecimento (...) resolvi explorar esse fato criando essa linha de pesquisa "História de seu Município".²¹

Nasceu, então, um projeto pioneiro que, em suma, buscava construir a história dos municípios pertencentes ao Rio Grande do Norte, até então esquecidos pelos autores locais.

O Jornal "A Republica" tornou público, em 1981, a seguinte informação

O estudo das pesquisas econômicas, sociológicas, administrativas, históricas e demográfica, além de outros, sobre os municípios do Rio Grande do Norte será feito pelo Instituto (sic) de Pesquisas Juvenal Lamartine da Fundação José Augusto a partir do próximo ano...²²

Criou-se de fato, naquele momento, o projeto da Fundação José Augusto, cujo objetivo era contar em forma de textos a história de alguns municípios do Estado.

3.1 - Interesses e objetivos dos estudos municipais

As histórias municipais nasceram e foram coordenadas pelo professor Itamar de Souza. Questionando, em entrevistas, sobre o objetivo do projeto ele comentou :

Nosso intuito era justamente tirar do esquecimento esses municípios que participaram da história do Estado e ao mesmo tempo isso provocava um despertar de consciência em torno de sua identidade municipal.²³

O pesquisador Tarcísio Rosas comentou também sobre os objetivos do projeto :

...trazer a luz à aspectos até então encobertos pelo esquecimento das novas gerações sobre a fundação e evolução de cada uma das unidades administrativas do Estado ...atendendo a princípios constitutivos dos próprios objetivos da Fundação José Augusto, tais como o de preservar a memória dos principais acontecimentos do Estado.²⁴

Assim, entre os objetivos da pesquisa, estava a intenção de se buscar uma identidade para os municípios, fazendo-os, ao que parece, constituintes e participantes da história do Estado como um todo. O Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine havia, então, finalmente cumprido o papel que lhe foi imposto ainda em 1961, pelo decreto nº 3.871 que dizia :

A criação de um instituto para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e de divulgação no campo da História, da Sociologia e do folclore

O projeto "História de seu Município" era tido como "de importância fundamental e indispensável para o acervo cultural e estrutural do Estado."²⁵ Com essa responsabilidade iniciou-se seu trabalho no mesmo ano de criação do projeto.

O programa visava a documentação histórica, artística e cultural dos municípios do Estado, através da coleta de dados históricos, da administração, vida cultural, artística, atividades econômicas e políticas; contando aspectos históricos do município desde a fundação até os dias atuais".²⁶

Este projeto contou com três etapas distintas. "A primeira etapa dizia respeito ao planejamento e coleta de dados sobre cada município, seguindo-se a elaboração dos textos e posteriormente a publicação dos mesmos, em volumes separados pela gráfica Manimbu, da Fundação José Augusto."²⁷ . No máximo em cinco meses o trabalho estava totalmente concluído. Contudo, a realização da pesquisa dependia inteiramente das prefeituras dos municípios. Uma vez interessada, estas arcavam com os custos das três etapas, pelas quais o projeto passava, através de um contrato feito entre as prefeituras e a Fundação.

O contrato era feito da seguinte maneira: a prefeitura estabelecia o convênio com a Fundação, este incluía despesas de hospedagens e transportes por um espaço de três a quatro meses da equipe que ia para a localidade. Terminado isto a prefeitura fazia outro contrato

*com a Fundação para a publicação da monografia. Nós apenas entrávamos com a mão de obra qualificada.*²⁸

Os recursos destinados à pesquisa obedecia a uma ordem baseada na área, na economia e população do município. Os valores variavam, na época, em torno de "Cr\$ 400 mil para os municípios de maior economia, tamanho e população da categoria A. Recursos no valor de Cr\$ 300 mil para os municípios de categoria B e de porte médio. Cr\$ 200 mil para os municípios menores".²⁹

Foi desta forma que a Fundação desenvolveu todos os oito estudos municipais. O primeiro estudo realizado foi referente ao município de Cerro Corá, cuja conclusão deu-se três meses após ser anunciada a abertura de convênios para a pesquisa. A partir deste, foram realizados mais sete estudos referentes às localidades de : Eduardo Gomes, Serrinha, Santo Antônio, São Gonçalo do Amarante, Caicó, Florânia e Macaíba, sendo que , segundo Itamar de Souza, foram feitos vinte convênios. Após a editoração, pela Gráfica Manimbu, os livros, cuja tiragem era de mil exemplares, eram entregues às prefeituras para fazerem o lançamento com "grande festa e coquetel". Quanto a clientela, alvo desse produção, visava-se "atingir pesquisadores da área, estudantes, especialmente dos municípios em causa, e sua alocação nas bibliotecas existentes no Estado".³⁰

O projeto teve fim em 1984, segundo Itamar de Souza, quando os recursos financeiros, investidos pelas prefeituras, não eram revertidos para o próprio projeto, fazendo com que outros trabalhos que tinham sido desenvolvidos ficassem sem publicação.

*Na Fundação toda contabilidade era centralizada nas mãos do presidente, então nós fazíamos o contrato com o município e o presidente começava a utilizar esse dinheiro para outras finalidades. Quando queriam fazer pesquisas e levar adiante a publicação , já não havia mais dinheiro.*³¹

Desta forma chegou ao fim o projeto "História do seu município". Após seu término outras obras, de cunho local, foram produzidas pelo Centro de pesquisa e por outros autores potiguares, porém não mais dentro do projeto mencionado. Apesar de o número de publicação não condizer com o número de contratos efetuados, o plano, segundo o coordenador do projeto, cumpriu um papel importante dentro do Estado: incentivar outros pesquisadores e conscientizá-los da relevância da construção dos estudos locais

NOTAS

- 1 - Normalmente, nas entrevistas e conversas informais, esse fato é justificado pela falta de recursos financeiros do Estado, já que o Instituto Juvenil Lamartine, antes e depois de ser incorporado pela Fundação, dependia dos recursos do mesmo.
- 2 - Informações prestadas por José Tarcísio Rosas, em 23 de agosto de 1996.
- 3 - Idem
- 4 - Idem
- 5 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela Fundação José Augusto.
- 6 - Informações prestadas por José Tarcísio Rosas, em 23 de agosto de 1996
- 7 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela FJA.
- 8 - Informações prestadas por José Tarcísio Rosas em 23 de agosto de 1996.
- 9 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela FJA.
- 10 - Informações prestadas por José Tarcísio Rosas em 23 de agosto de 1996.
- 11 - AMADO, Janaína . História e região: reconhecendo e construindo espaços.In: SILVA, Marcos A. da (org.) . História regional e local. São Paulo: Marco Zero ,1990.p.11.

12 - Idem

13 - Id. Ibid. p.12.

14 - SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. Ibid. p.47.

15 - Temos como exemplo da bibliografia que destaca o Nordeste:

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Moderna, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEROCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Sívio (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

16 - CAVALCANTE, Maria Helena Pereira. História local e identidade municipal. Debates Regionais, n. 2, João Pessoa, 1995. p.281.

17 - A bibliografia encontrada, que tratam das histórias municipais, foi bastante escassa, sendo que só foi possível ter em mãos quatro artigos que discutem o tema em questão, sem grande aprofundamento.

18 - LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Os periódicos e a construção da identidade municipal. Debates Regionais. n.2, João Pessoa, 1995. p.284.

19 -CALAÇA, Suelídia Maria. A pesquisa bibliográfica e a construção da identidade municipal. Ibid. p.299.

20 - Alguns livros e artigos de Itamar de Souza

SOUZA, Itamar de. Migrações internas no Brasil. Natal: FUNDAJ, 1980. 142 p.

_____. Bandern : origem e evolução. Natal : FUNDAJ, 1985. 111p.

_____. Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das seca do Nordeste. Rio de Janeiro: Vozes, 1983. 111p.

_____. Migrações para Natal. Natal : Universitária/UFRN. 1976. 104p.

_____. As Universidades populares do RN: 1925 e 1948. Tempo Universitário. Natal: UFRN, v.6, n.1, 1980. p. 57-66.

_____. O sal potiguar na República Velha (1889-1930). Terra e sal: Natal: Universitária/UFRN, v.6, n.1, 1995. p.27-44.

21 - Entrevista com Itamar de Souza. Natal, agosto. 1986.

22 - A República. Natal, 04 jan. 1981.

23 - Entrevista com Itamar de Souza. Natal, ago. 1996.

24 - Informações prestadas por José Tarcísio Rosas em 23 de agosto de 1996.

25 - A República. Natal, 04. jan. 1991.

26 - Tribuna do Norte. Natal, 22. mar. 1991.

27 - Idem.

28 - Entrevista com Itamar de Souza. Natal, ago. 1996.

29 - Tribuna do Norte. Natal, 22. mar. 1981.

30 - Informações prestadas por José Tarcísio Rosas. 23 de agosto de 1996.

31 - Entrevista com Itamar de Souza. Natal, ago. 1996.

III - O PERFIL DAS HISTÓRIAS MUNICIPAIS

A pesquisa histórica da Fundação José Augusto, iniciada e concluída na primeira metade da década de 1980, fizeram parte, como vimos, de um projeto denominado História de seu Município. Dentro deste, foram desenvolvidos oito estudos relacionados aos municípios de Cerro Corá, Eduardo Gomes, Caicó, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Serrinha, Florânia e Santo Antônio.

Este capítulo tem por objetivo traçar o perfil dessas histórias municipais, produzidas por essa Instituição, através do Centro de pesquisa Juvenal Lamartine, ou seja, destacar o conjunto de aspectos teóricos- metodológicos que caracterizam essas obras. Contudo, o contato com todos os títulos não foi possível, já que suas edições estão esgotadas e o acervo da CCHLA só dispõe de cinco títulos. Diante disso o nosso trabalho de análise é baseado nas seguintes obras: História de Cerro Corá; História de São Gonçalo do Amarante; História de Santo Antônio; História de Macaíba; e, finalmente, História de Caicó.

Antes, porém, é preciso se levar em consideração que o referido projeto possuiu relevância no sentido de que, foi uma iniciativa que gerou frutos, ou seja, produziu estudos referentes a alguns municípios do Rio Grande do Norte, escapando um pouco de uma historiografia que, até então, privilegiava dois centros municipais do nosso Estado: Natal e Mossoró. Embora se possa pensar que as obras publicadas por aquela Instituição seja, em número, não tão entusiasmante, visto o grande número de municípios que Estado possui, as pesquisas destacam-se por abrirem caminhos para que intelectuais, não necessariamente ligados à Fundação, mas influenciados por essa iniciativa se interessassem pelos estudos municipais, até então esquecidos pela historiografia local. Sobre esse fato Itamar de Souza afirmou: "Aluízio Azevedo, motivado por esse projeto, sem pertencer ao quadro da Fundação, pesquisou vários municípios da região do Potengi"¹

Apesar de reconhecer a importância do projeto para o conjunto historiográfico do Estado, uma vez que agrupou a este estudos até então não existentes, é preciso, contudo, que se faça algumas consideração sobre os títulos produzidos, uma vez que se compreende que

A história se apresenta hoje como uma ciência em plena evolução. As certezas ou verdades definitivas, da historiografia positivista, pertencem ao passado e o fato de tal concepção da história manter-se em certos países, em função do atraso, da inércia ou da falta de informação, não a torna menos superada.²

Sendo assim, as observações feitas neste trabalho, acerca das obras, não tem a pretensão de inutilizar o que foi produzido, ao contrário, reconhecemos a importância daquela iniciativa, mas ao mesmo tempo, como historiadores, sabemos também o quanto é importante a reflexão sobre o que se produz. Portanto, analisando essas obras, o nosso trabalho busca o seu objetivo final: traçar um perfil característico das histórias municipais e ao mesmo tempo oferecer novas abordagens, novas metodologias para estudos futuros. /

1 - Características das obras

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Cerro corá. Natal: Gráfica Manimbu, 1981. 96 p.

a) Temas históricos predominantes:

Colonização e povoamento, agricultura, pecuária, mineração, estrutura fundiária, cooperativismo, questões de limites, êxodo rural, secas, urbanização, população, ocupações, catolicismo, intelectualidade, lazer, educação, administração, poder executivo.

b) Recorte temporal:

Da Colônia à República (1980).

c) Bibliografia utilizada:

MELO, Manoel Rodrigues de. Patriarcas e carreiros. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954. p.122.

d) Fontes utilizadas:

“A Ordem “ (1940)

“A voz potiguar” (1903)

Decretos

Dados estatísticos do IBGE

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. História do município de Santo Antônio. Natal: CERN, 1984. 74 p.

a) Temas históricos predominantes:

Origem e colonização, paróquias, vigários, famílias tradicionais, religiosidade, saúde, educação, vida intelectual, desenvolvimento social, lazer, ocupações, estrutura social, intendentess e prefeitos, população, crime, agricultura, pecuária, atos administrativos.

b) Recorte temporal:

Da Colônia à República (1980).

c) Bibliografia utilizada:

Não há menção.

d) Fontes utilizadas:

Livro de Tombo da paróquia de Santo Antônio

Correspondência

Dados estatísticos do IBGE.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. São Gonçalo do Amarante. Natal: Gráfica Manimbu, 1982. 82 p.

a) Temas históricos predominantes:

Origem, povoamento e evolução do município, morticínio, agricultura, pecuária, indústria, artesanato, estrutura fundiária, população, igrejas e vigários, religiosidade, intelectuais, educação, festas, folclore, desenvolvimento social, medicina popular, futebol, poder local, atos administrativos.

b) Recorte temporal:

Da Colônia à República (1980).

c) Bibliografia utilizada

FERNANDO, Abino Gonçalo. São Gonçalo do Amarante , seu culto entre portugueses e luso-descendentes do Nordeste brasileiro. In: Revista Ciência e Trópico . Recife: IJNPS, vol.7, n. 2, 1979.

VIVEIRA, Paulo Pinheiro de . São Gonçalo do Potengy e o sernista Costa Pinheiro . Recife: oficina geográfica do Jornal do Comércio, 1974. p.9-13.

ROMANO NETO, Jorge. Cinzas . (sem informação completa).

d) Fontes utilizadas:

"A República"(1930)

Relatórios

Livro de tombo da paróquia

Legislação municipal

Dados estatísticos do IBGE.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO.Macaíba . Natal: Gráfica Manimbu, 1983. 169 p.

a) Temas históricos predominantes:

Colonização e povoamento, igrejas, paróquias e vigários, monumentos, transportes, pecuária, comércio, indústria, estrutura fundiária, questões de limites, população, intelectualidade, educação e administração.

b) Recorte temporal:

Da Colônia à República (1980).

c) Bibliografia utilizada:

NOBRE, Manoel Ferreira. Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971. p. 182.

FIGUEIREDO, Jackson de. Auta de Souza . Rio de Janeiro: Centro D. Vital, 1924. p.12 - 13.

Província submersa. Rio de Janeiro: Edição do Proustclub, 1957. p.25 48.

d) Fontes utilizadas:

"A República"(1889)

_____ (1890)
 "Diário de Natal" (1897)
 Decretos
 Informações orais.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Caicó . Natal: Gráfica Manimbu, 1982.
 195p.

a) Temas históricos predominantes:

Colonização, povoamento , agricultura, indústria, comércio, bancos, estrutura fundiária, açudagem, cooperativismo, religião, festas, religiosidade, educação, intelectuais, imprensa, monumentos, sindicalismo, movimentos populares, saúde, lazer, ocupações, poder local, administração.

b) Período histórico abordado:

Colônia à República (1980)

c) Bibliografia utilizada

MEDEIROS FILHOS. Olavo de . Velhas figuras do Seridó . Brasília. 1981. p.4.

MONTEIRO, Eynard L'Eraistre. Caicó . Subsídios para a história completa do município. Recife: Escola Salesiano de Artes gráficas. 1945. p.15.

DANTAS. D. José Adelino. Homens e fatos do Seridó antigo . Garanhuns: "O Monitor", 1961, p.11

d) Fontes utilizadas:

"A Folha de Caicó" (1964)

"A República". (1911)

Dados estatísticos da Emater.

2 - Considerações sobre os estudos municipais

Os cinco títulos acima destacados merecem algumas considerações por apresentarem alguns problemas teóricos e metodológicos. Sabemos, inicialmente, que a formação de historiador em muito contribui para o exercício da pesquisa. Base historiográfica, exercício e prática de pesquisa, contado com recentes discussões no campo da história, se não é fundamental, é, pelo menos, bastante significativo, quando se trata de desenvolver estudos nesse campo. A Fundação José Augusto possui oito pesquisadores com formação superior, sendo que apenas um é historiador de formação. Entre os demais, seis pertencem à área das ciências sociais e um à área de comunicação. Como se formaram há algum tempo e não mantêm contato com a Universidade, não estão, portanto, familiarizados com as discussões historiográficas que surgem nesse espaço.

Com uma linguagem bastante acessível, visto que na sua área de circulação predomina uma clientela, em grande parte do próprio município, que não têm formação superior, essas monografias tinham a intenção de pesquisar a sociedade, a política, a economia e a cultura dos municípios que foram objeto de seu estudo. Contudo a pretensão de construir toda a história do município, abordando todos os seus aspectos, trouxe às obras vários problemas.

Inicialmente é preciso destacar que o desenvolvimento das mesmas, foi realizado num período de tempo relativamente curto, se levarmos em consideração o período abordado nessas obras. Todas elas possuem um recorte temporal bastante abrangente que, no geral, se estende desde a época da colonização das áreas (Colônia) ao ano atual do desenvolvimento dos estudos (basicamente a primeira metade da década de 1980), em contrapartida, segundo o próprio coordenador do projeto, Itamar de Souza, levava-se de quatro a cinco meses para se concluir um estudo. Depois disso "toda" a história do município estava escrita em no máximo 195 (cento e noventa e cinco) folhas.

Como se pode observar, em todas as obras, exploram-se temas comuns. Apenas alguns deles diferem, em vista da especificidade do local: por terem presenciado um fato singular como um crime, um ataque ou algum movimento popular. Contudo, é possível estabelecer temas comuns como: povoamento, religião, lazer, intelectuais, poder local, agricultura, e outros. Além dos temas semelhantes, podemos encontrar nos títulos, algo que também é comum em

todos eles: raras menções às fontes primárias e à bibliografia que foram utilizadas para compor o trabalho.'

Numa leitura dos títulos percebemos vários dados e informações, principalmente com relação ao período colonial. No entanto não há identificação do material do qual foram tirados os dados para compor o trabalho. Em vista desse fato, fica-nos a sensação de que o autor usa de grande subjetividade no desenvolvimento das monografias.' A pouca utilização das fontes, material indispensável à qualquer pesquisa, faz com que os dados e fatos apresentados, estejam, em grande parte, incompletos. Existem, nessas obras, um predomínio de informações que primam sobre causas e conseqüências, sem, contudo, oferecer uma análise mais completa sobre os mesmos. Diante disso podemos dizer que esses estudos municipais se caracterizam pelo aspecto meramente descritivo e informativo.'

'Com relação à bibliografia, raros são os casos de menção a uma base bibliográfica estadual, ou até mesmo nacional. A história de Santo Antônio, por exemplo não traz nenhuma referência bibliográfica. Isso, nos deixa a impressão de que os municípios foram tratados, muitas vezes, como um espaço restrito, sem relação com o contexto estadual ou nacional.'

As fontes orais poderiam ser um outro recurso utilizado pelos pesquisadores para conhecer a história de cada área. No entanto, em raros casos, encontramos informações que foram conseguidas através de entrevistas. Quando isso ocorre, geralmente, o entrevistado é um poeta, um intelectual ou um político, que muitas vezes, descreve a localidade a partir de um ângulo de visão particular, mas que termina por propagar a idéia de que a mesma é também a visão de toda a sociedade, por conta da ausência de entrevistas com pessoas comuns e mais antigas da localidade.

'Quando as obras abordam o aspecto econômico, em muitos casos, limitam-se a apresentar apenas as culturas mais utilizadas, números de fazendas de criação de gado, o número de agências bancárias, o número de estabelecimentos comerciais e industriais, principais comerciantes, principais estradas e meios de transportes utilizados, sem, no entanto, destacar a importância de cada um deles para as épocas passadas, bem como para a atualidade. Não usam também trabalho de análise para destacar a importância da

vida econômica de cada localidade para o Estado como um todo, a partir das épocas anteriores. /

/ No aspecto social existe uma total ausência de análise sobre a sociedade, na qual se destaque as condições de vida das camadas inferiores desde a época colonial. Alguns títulos apresentam uma espécie de hierarquização da sociedade, dividindo-a em camadas ou grupos de acordo com a sua ocupação. É o caso das histórias municipais de Santo Antônio Cerro Corá, e Caicó, porém, sem qualquer interpretação mais apurada sobre as camadas ou grupos inferiores. A sociedade, portanto, merece destaque por apresentar figuras sociais de relevância dentro dela como intelectuais, políticos, poetas que pertencem as famílias tradicionais. Escravos, pobres, sem-terras, mendigos e os demais integrantes da sociedade; as regras de convívio social, vida cotidiana, modos de vida, relações familiares e etc, não ocupava espaço no contexto social descrito nas obras. Nelas são apresentadas ainda dados sobre cooperativismo, sindicalismo, associações e outras organizações, porém, geralmente as informações giram em torno da criação, fundadores, números de associados, sem destacar a influência dessas organizações naquele contexto social. Os dados sobre a população são baseados em fontes do IBGE e geralmente apresentam tabelas para expressar sua dinâmica. Uma vez constatada o decréscimo populacional do município, este fato tem uma explicação unilateral: a criação de outros municípios e o conseqüente desmembramento destes e as secas periódicas.

Na temática saúde as informações dizem respeito ao número de hospitais existentes na localidade, algumas, dentro dessa temática, fazem menção ao aspecto da utilização da medicina popular. É o caso da História do município de São Gonçalo e de Santo Antônio, que enfatizam as enfermidades e as plantas medicinais para a cura.

Em relação ao aspecto político, os títulos destacam principalmente o poder executivo, especialmente o prefeito da época em que se estava desenvolvendo a pesquisa. Fato explicável, tendo em vista que os custos para isso eram financiados pelas prefeituras que, obviamente, queriam ocupar um lugar de destaque nas obras. Em todas elas após a folha de apresentação, ou no final do livro, há uma foto do prefeito da época. Além disso destaca-se a biografia

sobre os políticos tradicionais da área, logo após a comum relação intendentes dos prefeitos. Nesse contexto de especificação do poder local, mereceu destaque o poder atual e desta forma criou-se um termo específico no qual se destaca a sua administração. Característica do sistema eleitoral, relação deste com o sistema brasileiro, participação eleitoral, número de eleitores, práticas políticas e outros dados não são mencionados nas obras.

Quanto ao aspecto cultural, o tema religião e igreja é interpretado como sendo uma mera descrição de igrejas e vigários no decorrer dos séculos, Raras vezes são mencionados aspectos da religiosidade popular como promessas, devoções, costumes, associações religiosas e outros. Quando o tema é lazer apenas destacam-se os estádios de futebol, agremiações, primeiros desportistas, clubes, teatros, cinemas, enfim, enumeram-se os principais locais de diversão para a população. Assim passam despercebidos nesses títulos aspectos da participação social nas festas, e nos vários tipos de lazer da localidade.

NOTAS

1 - Entrevista com Itamar de Souza. Natal, agosto. 1996.

2 - CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hécto Péres. Os métodos da história. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.39

IV- CONCLUSÃO

A Fundação José Augusto, ao longo dos anos, passou por várias reformulações dentro de sua estrutura interna o que ocasionou também reformulações em suas linhas de atuação. Foi criada inicialmente, dentre outras finalidades, para manter o Instituto Juvenal Lamartine, órgão responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e para manter algumas faculdades, sendo que esta última predominou sobre os demais objetivos e se constituiu em sua principal linha de atuação até meados da década de 1970.

Após esse período, numa segunda fase (1975 - 1979), perdeu as faculdades para a Universidade. Daí em diante, sua atuação concentrou-se mais no que podemos chamar de iniciativas culturais, com a promoção de vários eventos populares e restauração de monumentos históricos na capital e no interior.

No período que se estendeu de 1980 a 1984 houve uma maior expansão de suas atividades culturais dentro do Estado. Essa época caracterizou-se por um grande número de volumes editados e reeditados, de restaurações e, o mais importante para a nossa pesquisa, o início de estudo e pesquisa na Fundação José Augusto.

Apesar de se constituir em um dos objetivos expresso ainda no ato de sua fundação, os estudos referentes ao Rio Grande do Norte somente tiveram início a partir de 1980. Nesse contexto de desenvolvimento de pesquisas, a área de história ganha espaço através de um projeto, intitulado: "História de seu Município" que, como o próprio nome sugere, visava a narração do processo histórico de cada município do Estado. Estabelecendo o contrato com as prefeituras interessadas, a Fundação José Augusto, até 1984, através de seu Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine produziu oito obras relacionados aos municípios de Caicó, Macaíba, Serrinha, São Gonçalo do Amarante, Santo Antônio, Florânia, Eduardo Gomes e Cerro Corá.

Contudo, as pesquisas desenvolvidas pela Intituição, reconhecendo sua contribuição para o conjunto historiográfico do Estado, apresentaram, na nossa análise, alguns problemas teórico-metodológicos que podem ser resumidos em:



bibliografia insuficiente, rara utilização de fontes primárias para compor o trabalho, apologia às figuras políticas locais, predomínio do caráter informativo e não analítico. No entanto, vale ressaltar, que as observações constatadas visavam, sobretudo, contribuir para que os estudos municipais futuramente pudessem abordar novos aspectos da vida social, econômica, política e cultural dos municípios.

V - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1 - AMADO, Janaína .História e Região. Reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (org.). História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.11.
- 2 - ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A temática regional: considerações historiográficas. São Paulo: Museu Paulista, 1986. p.154-167
- 3 - CALAÇA. Suelídia Maria. A pesquisa bibliográfica e a construção da identidade municipal. Debates Regionais, João Pessoa, n: 2, 1995. p.298-302.
- 4 - CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Péres. Os métodos da história. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 528p.
- 5 - CAVALCANTI, Maria Helena Perreira. História local e identidade municipal. Debates Regionais. João Pessoa, n. 2, 1985. p. 280-283.
- 6 - CRUZ, Vilma Vitor. Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte: realidade ou mito? (1960-1984). Natal: UFRN, 1990. p. 75-76.
- 7 - DOMINGUES, Heloisa Maria Bertal. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional. Tempo Presente. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1,1962. p.43-57.
- 8 - FALCON, Francisco José Calanzas. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Contexto, v. 15, n. 30, 1995. p. 63-75.

7

IV - CONCLUSÃO	50
V - BIBLIOGRAFIA	52
VI - FONTES	55

- 9 - FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. Balanço da nova história paraibana. Debates Regionais. João Pessoa, n. 2, 1995. p.242-247.
- 10 - FRESTON, Paul. Um Império na Província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sérgio (org.) História das ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice: IDESP, 1989. P. 316-358.
- 11 - FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Macaíba. Natal: Manimbu, 1993. 150p.
- 12 - _____ . São Gonçalo do Amarante. Natal: Manimbu. 1982.
- 13 - _____ . Caicó. Natal: Manimbu, 1982. 15p.
- 14 - _____ . História do município de Santo Antônio. Natal: CERN, 1984. 74p.
- 15 - _____ . Cerro Corá. Natal: Gráfica Manimbu, 1981. 96p.
- 16 - GOMES, Angela de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 220p.
- 17 - JUSTINO, Maria das Graças, SILVA, Maria do Socorro. O acervo do NDIHR: A produção historiográfica nordestina. Debates Regionais. João Pessoa: n.2, 1995. p.248-261.
- 18 -LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Os periódicos e a construção da identidade municipal. Debates Regionais, João Pessoa, n.2, 1995. p.298-302.

- 19 - LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Historiografia do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Contexto, v. 15, n. 30. 1995. p.45-62.
- 20 - MEDEIROS FILHO, João. Contribuição à história intelectual do Rio Grande do Norte: Gráfica do Senado Federal, 1983. p.43-45.
- 21 - MELO. Veríssimo de Síntese cronológica da UFRN: 1958-1988. Natal: Universitária , 1991. p.61.
- 22 - OLIVEIRA, Vanda Lúcia Araújo de. A pesquisa de campo e a construção da identidade municipal. Debates Regionais, João Pessoa, n.2, 1995. p.293-297.
- 23 - Projeto de pesquisa coordenado por José Tarcísio Rosas, elaborado pela Fundação José Augusto.
- 24 - RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil . São Paulo: Nacional, 1982.
- 25 - SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (org.). História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990. p.47.
- 26 - SOUZA, Itamar de. Universidade. para que? para quem?. Natal: Clima, 1984. p.42-43.

VI - FONTES

1 - Fontes Orais

- Entrevista com o coordenador de pesquisas da Fundação José Augusto: José Tarcísio Rosas em 23 de agosto de 1996.
- Entrevista com o ex-coordenador do projeto História de seu município: Itamar de Souza em 29 de agosto de 1996.

2 - Fontes Impressas

- Jornais: Diário do Natal (1963)
Diário de Natal (1975)
A República (1981)
A República (1991)
Tribuna do Norte (1981)
Salário Mínimo (1981)
- Leis, Decretos e regimentos

